

Imagem do Congresso

15 ABR 1990

JORNAL DE BRASÍLIA

Osvaldo Peralva

JORNAL DE BRASÍLIA

Nesses dias de esforço concentrado para discutir e votar as medidas provisórias, o Congresso Nacional ofereceu à opinião pública uma imagem de responsabilidade, ponderação e capacidade de trabalho.

Primeiro, repeliu a idéia da intocabilidade do plano econômico do Governo, como se o Legislativo fosse apenas, como nos países autoritários, dócil entidade para referendar a vontade do Executivo.

"O Congresso é um Poder, e não um órgão de cooperação", sentenciou um dos líderes do PSDB, deputado Euclides Scalco.

Em segundo lugar, mostrou senso de equilíbrio, evitando atitudes demagógicas e eleitoreiras, capazes de inviabilizar o projeto de combate à inflação. Se um ou outro relator praticou excessos, estes não foram maiores nem mais graves do que os cometidos pelos autores do plano, a ponto de o próprio Presi-

dente da República haver substituído umas medidas provisórias por outras.

Em terceiro lugar, os congressistas se destacaram pela operosidade, chegando a trabalhar exaustivamente, inclusive sábado e domingo, até tarde da noite, em contraste com dirigentes do Executivo, ostensivamente dedicados ao lazer.

O espírito de cooperação dos congressistas revelou-se em acordos com lideranças do Governo e mesmo com membros de sua equipe técnica para alteração e aprovação de certas medidas provisórias.

A ruptura desses acordos a posteriori, mediante veto do Presidente da República às alterações introduzidas, desonra a palavra dos representantes governistas que participaram dos entendimentos e deixa o Congresso de pé atrás em futuras negociações.

É uma ilusão do deputado Renan Calheiros de que não

vão mais precisar de negociar no Congresso, porque, conforme afirmou na televisão, a votação da medida provisória 168 mostrou que o Governo dispõe de maioria no Legislativo e poderá fazer o que quiser.

Essa maioria não é uma massa amorfa, capaz de ser manipulada para qualquer coisa, ao saber dos interesses do Planalto. Dentro de pouco tempo, aliás, ela poderá ser posta em confronto com a realidade, quando os vetos do presidente Fernando Collor de Mello tiverem de ser apreciados pelos congressistas.

Como observou o jornalista Gilberto Dimenstein, lamentável é que o Congresso se ache tão despreparado do ponto de vista técnico, isto é, sem técnicos e sem aparelhagem técnica. Tanto mais indispensáveis quando a perspectiva é de que assumam também funções executivas, através do parlamentarismo.